Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARAJÓ OCIDENTAL: DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO MULTICAMPI NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ronaldo de Oliveira Rodrigues, Paulo Rafael da Sila Ferreira, Gilmar Pereira da Silva

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

Submetido em: 2026-11-14
Postado em: 2026-11-27 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- DORIEDSON RODRIGUES (ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5120-2484)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

ARTIGO

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARAJÓ OCIDENTAL: DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO MULTICAMPI NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

RONALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5721-2926
<rrodrigues@ufpa.br>
PAULO RAFAEL DA SILVA FERREIRA[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7934-0360
<paulorafael@ufpa.br>
GILMAR PEREIRA DA SILVA[3]
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9814-9089
<gpsilva@ufpa.br>

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA). Breves, PA, Brasil.
[2] Universidade Federal do Pará (UFPA). Breves, PA, Brasil
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, PA, Brasil

RESUMO: A proposta de criação da Universidade Federal do Marajó (UFM) ou, possivelmente, Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO) insere-se na trajetória de reivindicações pela interiorização da educação superior pública em uma região marcada por desigualdades territoriais e rica sociobiodiversidade. Este artigo analisa os fundamentos sociais, acadêmicos e político-institucionais dessa proposta e as condições necessárias à sua eventual implantação. A pesquisa, qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, examina legislação, proposições parlamentares, documentos institucionais, indicadores oficiais e estudos sobre a atuação da Universidade Federal do Pará (UFPA) no Marajó, em diálogo com as experiências de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Os resultados apontam para a atuação formativa e científica destacada da UFPA na Amazônia marajoara, ao mesmo tempo que as pesquisas identificam demandas por diversificação de cursos, ampliação da pós-graduação e melhores condições de permanência estudantil. As experiências verificadas indicam a necessidade de articulação política e social, financiamento e governança multicampi que enfrente as assimetrias entre sede e campi. Conclui-se que a criação da UFMO deve consolidar uma proposta singular de universidade, distinta de outros modelos, e constitui uma alternativa institucional relevante para democratizar a educação superior e contribuir para o desenvolvimento regional. Sua implantação, se considerado, especialmente, o desmembramento a partir da UFPA, requer legitimidade institucional, mas também participação social e planejamento distinto, atento às particularidades territoriais e sua sociobiodiversidade, sem pressupor efeitos automáticos ou imediatos sobre o desenvolvimento regional, mas como possibilidade fundamental para isso.

Palavras-chave: UFMO, Educação superior, Amazônia marajoara, Desigualdades territoriais, Sociobiodiversidade.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

THE ESTABLISHMENT OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF WESTERN MARAJÓ: CHALLENGES IN ESTABLISHING A MULTICAMPUS INSTITUTION IN THE HEART OF THE AMAZON

ABSTRACT: The proposal to establish the Federal University of Marajó (UFM) or, possibly, the Federal University of Western Marajó (UFMO) reflects longstanding demands to expand public higher education into Brazil's interior, in a region marked by territorial inequalities and rich sociobiodiversity. This article examines the social, academic, and political-institutional foundations of the proposal and the conditions required for its potential implementation. The qualitative bibliographic and documentary study examines legislation, legislative proposals, institutional documents, official indicators, and studies on the role of the Federal University of Pará (UFPA) in Marajó, drawing on the experiences of establishing the Federal University of Western Pará (UFOPA) and the Federal University of Southern and Southeastern Pará (UNIFESSPA). The findings highlight UFPA's prominent educational and scientific role in the Marajó region of the Amazon, while the studies identify demands for diversified academic programs, expanded graduate education, and improved conditions for student retention. The experiences examined indicate the need for political and social coordination, funding, and multicampus governance that addresses disparities between the main campus and other campuses. The article concludes that establishing UFMO should consolidate a distinctive university model, unlike other models, and constitutes a relevant institutional alternative for democratizing higher education and contributing to regional development. Its implementation, particularly if it involves separation from UFPA, requires institutional legitimacy, social participation, and a differentiated planning approach attuned to territorial specificities and sociobiodiversity, without presuming automatic or immediate effects on regional development, while recognizing the university as a key potential avenue for such development.

Keywords: UFMO, higher education, Marajó region of the Amazon, territorial inequalities, sociobiodiversity.

LA CREACIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MARAJÓ OCCIDENTAL: DESAFÍOS PARA LA IMPLANTACIÓN DE UNA INSTITUCIÓN MULTICAMPUS EN EL CORAZÓN DE LA AMAZONÍA

RESUMEN: La propuesta de creación de la Universidad Federal de Marajó (UFM) o, posiblemente, de la Universidad Federal de Marajó Occidental (UFMO) se inscribe en las reivindicaciones históricas por la interiorización de la educación superior pública en una región con desigualdades territoriales y rica sociobiodiversidad. Este artículo analiza los fundamentos sociales, académicos y político-institucionales de la propuesta y las condiciones necesarias para su eventual implementación. La investigación cualitativa, bibliográfica y documental, examina legislación, iniciativas parlamentarias, documentos institucionales, indicadores oficiales y estudios sobre la actuación de la Universidad Federal de Pará (UFPA) en Marajó, en diálogo con las experiencias de creación de las universidades federales del Oeste de Pará (UFOPA) y del Sur y Sudeste de Pará (UNIFESSPA). Los resultados destacan la labor formativa y científica de la UFPA en la Amazonía marajoara, mientras los estudios identifican demandas de diversificación de carreras, ampliación del posgrado y mejores condiciones de permanencia estudiantil. Las experiencias examinadas indican la necesidad de articulación política y social, financiamiento y gobernanza multicampus que afronte las asimetrías entre sede y campus. Se concluye que la creación de la UFMO debe consolidar una propuesta universitaria singular, distinta de otros modelos, y constituye una alternativa institucional relevante para democratizar la educación superior y contribuir al desarrollo regional. Su implementación, especialmente si se contempla el desmembramiento de la UFPA, requiere legitimidad institucional, participación social y planificación diferenciada, atenta a las particularidades territoriales y su sociobiodiversidad, sin presuponer efectos automáticos ni inmediatos sobre el desarrollo regional, pero reconociéndola como posibilidad fundamental para promoverlo.

Palabras clave: UFMO, educación superior, Amazonía marajoara, desigualdades territoriales, sociobiodiversidad.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a Universidade Federal do Marajó (UFM) e, especificamente, Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO), assumida neste texto, deve partir da experiência universitária já construída no território (Ferreira, 2022). A expansão da universidade pública para além das capitais, especialmente nos primeiros quinze anos do século XXI, constitui um dos acontecimentos mais relevantes da política de educação superior no Brasil. A criação de instituições federais em cidades do interior modificou possibilidades de formação, pesquisa e extensão em territórios que, durante longo período, dependeram de deslocamentos para centros urbanos distantes.

No Pará, a Lei nº 12.085/2009 criou a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) mediante desmembramento da UFPA e da UFRA. A Lei nº 12.824/2013 criou a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) mediante desmembramento da UFPA. Para avanço da discussão da possível UFMO a partir da UFPA, além da devida legitimidade institucional, o território exige estudos e pesquisas de acessibilidade diferentes das usualmente empregadas em outras regiões do Brasil e do estado do Pará. Na tese de Paes (2019), relatos sobre a trajetória dos estudantes de Breves até Soure descrevem viagens, hospedagem coletiva e mobilização comunitária para sustentar a formação superior.

Ratificamos que a defesa de criação de uma Universidade Federal para uma sub-região do Marajó (Ocidental) não anula qualquer possibilidade da criação de uma universidade para atender toda a região, ou também uma outra universidade, direcionada em sua outra sub-região (Oriental). As propostas se complementam e as tomadas decisórias precisam levar em conta os anseios da população, as possibilidades institucionais, tal como a análise de gestão que o governo federal, por meio do Congresso Nacional, faz e fará sobre tais propostas.

Partimos da ideia mostrada pela história, de que se ainda no final da década de 1980 e início dos anos 1990, estudantes, profissionais em geral, sociedade civil se organizaram para disputar a existência de um núcleo de um Campus para Breves e futuramente se emancipar enquanto estrutura autônoma - Campus de Breves (UFPA) - em relação ao Campus de Soure (UFPA), consideramos que há elementos suficientes para a possibilidade de mais de uma Universidade Federal no Marajó, pois dada a complexidade das redes de acesso, conexões, sociobiodiversidade e inúmeras variáveis regionais, seria um projeto muito longínquo dar conta da urgência que o Marajó precisa em relação à transformação por meio dessa política pública considerando uma única universidade federal própria neste/deste território. De qualquer forma, a criação de uma Universidade para atender todos os municípios da região, já seria/será uma conquista colossal para os/as marajoaras.

A referência para a região do Marajó adotada aqui é baseada no Decreto Estadual nº 1066, de 19/06/2008, do governo do estado do Pará, que estabelece a sua regionalização em 12 regiões de integração. A Região de Integração (RI) do Marajó é composta por 17 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará, este incluído na RI do Marajó em 20/01/2022, por meio do Decreto nº 2.129, antes pertencente à RI Tocantins (Ferreira; Silva; Rodrigues, 2025).

Segundo o art. 6º, inciso I, da Lei Estadual nº 9.064, de 25 de maio de 2020, que institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará (PEGC/PA), o Setor 1 (Marajó Ocidental) é composto por 11 municípios (PARÁ, 2020): Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho; Gurupá, Melgaço, Oeiras do Pará, Portel e São Sebastião da Boa Vista. É essa a referência para Marajó Ocidental neste texto. A norma foi publicada no Diário Oficial do estado do Pará, edição extra nº 34.234, de 27 de maio de 2020, p. 4. Até a data da escrita deste texto, a legislação continua vigente.

A questão que orienta este estudo é: em que condições a criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO) pode ser fundamentada como proposta de constituição de uma universidade de abrangência marajoara mais ampla? O objetivo consiste em analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentos sociais, educacionais, territoriais e político-institucionais da proposta de criação da UFMO, considerando a trajetória da UFPA no Marajó, os antecedentes das mobilizações sociais, as iniciativas legislativas e as experiências de desmembramento universitário que resultaram na UFOPA e na UNIFESSPA.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

A pesquisa é qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O corpus inclui as Leis nº 12.085/2009 e nº 12.824/2013, as proposições referentes à Universidade Federal do Marajó e documentos institucionais, notadamente a proposta de criação de Grupo de Trabalho da Universidade Federal do Marajó Ocidental, por meio da Portaria de Designação nº 29/2022, Campus de Breves-UFPA. Acrescentam-se indicadores da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), informações institucionais da UFPA e estudos acadêmicos de Gomes (2011), Santos, Amaral e Luz (2023), Gumiero e Lopes (2023), Gumiero et al. (2023), Coelho e Vieira (2026), Sarraf-Pacheco (2009; 2018), Paes (2019) e Ferreira (2022). O procedimento analítico consiste em cotejar a trajetória das instituições já criadas (UFOPA e UNIFESSPA) a partir da UFPA, as desigualdades do território e os requisitos de implantação da nova universidade.

Para a composição do corpus, foram adotados como critérios de inclusão a relação direta das fontes com a interiorização da educação superior federal no Pará, com a trajetória da UFPA no Marajó e com os antecedentes e as condições de implantação da UFMO. Os documentos normativos e parlamentares foram examinados quanto ao objeto e ao estágio das proposições. Os documentos institucionais, quanto à trajetória, à estrutura e ao planejamento do Campus de Breves, e os indicadores oficiais e estudos acadêmicos, quanto às desigualdades territoriais, às demandas formativas e às condições de acesso e permanência.

O texto está organizado em quatro seções. Após esta introdução, a segunda examina a interiorização da educação superior na Amazônia, tomando as experiências da UFOPA e da UNIFESSPA como referências para discutir os processos de desmembramento universitário. A terceira concentra-se na proposta de criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO), articulando o diagnóstico socioeducacional da região, as pesquisas sobre a atuação da UFPA em Breves, os antecedentes das mobilizações sociais, as iniciativas legislativas e as condições necessárias à implantação de uma universidade territorialmente comprometida. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais, retomando as principais evidências, os limites da investigação e os desafios que permanecem para a construção de um projeto universitário adequado às particularidades do Marajó Ocidental.

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EXPERIÊNCIAS AMAZÔNICAS

Ferreira (2022, p. 61-63) localiza o início das atividades do Campus Breves-UFPA, ainda enquanto núcleo universitário, em 1990 e registra que, em 2005, a unidade tinha 572 alunos e oito servidores, dos quais quatro docentes (um efetivo e três temporários). Efetivamente, por meio do REUNI, progressivamente, foi possível avançar para que em 2021, o Campus de Breves alcançasse 1.213 alunos, 44 docentes (40 efetivos e quatro substitutos) e 21 técnicos (Rodrigues, 2023).

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024, contempla condições materiais de permanência, entre elas transporte, alimentação e moradia. No Campus de Breves, Ferreira (2022, p. 96) situa a criação da Divisão de Assistência Estudantil no segundo semestre de 2018, com ingresso de um assistente social e de uma psicóloga. Em 2024 a equipe foi ampliada com a chegada de um Pedagogo.

Souza (2021) registrou, no Programa Permanência neste Campus, 26 beneficiários entre 1.116 matriculados em 2014 e 54 entre 902 em 2021. Aliando-se aos estudos de Martins (2022), Ladislau (2022) e Ferreira (2022) oferecem elementos concretos para fundamentar a proposta de criação da UFMO, ao evidenciarem problemas educacionais e limitações da estrutura universitária existente.

Enquanto as pesquisas de Martins e Ladislau identificam dificuldades relacionadas à qualidade do ensino médio, às condições pedagógicas e à adequação das políticas educacionais às particularidades territoriais, Ferreira (2022) registra demandas de egressos do Campus de Breves por diversificação de cursos, ampliação da pós-graduação e melhorias na infraestrutura acadêmica. Articulados, esses resultados indicam que a discussão sobre a UFMO deve ultrapassar a simples ampliação de vagas, ou abertura de cursos, e considerar a constituição de uma instituição com maior capacidade de planejamento acadêmico, formação docente e de pesquisadores/as, produção científica e atendimento às necessidades regionais, considerando a sua sociobiodiversidade, valorizando justiça social, climática e ambiental.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

Nesse sentido, a criação de uma universidade federal autônoma apresenta-se como uma alternativa institucional a ser verificada para enfrentar essas limitações, especialmente mediante a ampliação da oferta formativa e o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Entretanto, sua efetiva contribuição dependerá da garantia de financiamento, estrutura administrativa e acadêmica adequada e de um projeto institucional construído em diálogo com os territórios e populações do Marajó.

Para compreender os desafios institucionais envolvidos na possível criação da UFMO, é pertinente conhecer, ainda que sinteticamente, as experiências da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), ambas constituídas por processos de desmembramento de universidades federais já instaladas no estado.

Ufopa

A UFOPA foi instituída em 5 de novembro de 2009 pela Lei nº 12.085, com sede em Santarém, mediante desmembramento da UFPA e da UFRA, e, assim, herdou estruturas de duas instituições federais. Seus dispositivos transferiram cursos, estudantes e cargos vinculados às unidades anteriores e criaram 432 cargos docentes e 332 cargos técnico-administrativos (120 de nível superior e 212 de nível médio). A lei também condicionou o provimento à prévia dotação orçamentária. Gomes (2011), ao tratar sobre a criação da UFOPA, examinou os arranjos político-administrativos que converteram a reivindicação regional em proposta de universidade. Em termos analíticos, entre suas principais contribuições, está o fato de mostrar a necessidade de acordos entre a instituição de origem, o MEC, atores políticos e atores do território.

A contribuição de Gomes (2011) ultrapassa a reconstrução da tramitação legislativa da UFOPA. Com base em pesquisa documental e entrevistas com atores envolvidos em sua criação, a autora demonstra que a constituição da universidade resultou de uma articulação entre a capacidade técnica e institucional da UFPA, a atuação de dirigentes universitários, a mobilização de representantes políticos de diferentes partidos, a valorização do anseio e participação popular e a política federal de expansão da educação superior. Nesse processo, a UFPA desempenhou papel decisivo na elaboração do projeto e na interlocução com o Governo Federal, enquanto a articulação parlamentar contribuiu para sua aprovação no Congresso Nacional.

Coelho e Vieira (2026) avaliaram a trajetória de seis indicadores de Santarém entre 1999 e 2019 por séries temporais interrompidas: internações hospitalares, funções docentes no ensino fundamental, consumidores residenciais de energia, vínculos formais, ISS e ICMS. Encontraram alterações mais nítidas nos indicadores de urbanização e saúde, ao passo que efeitos em emprego formal e receitas tributárias foram ausentes, ambíguos ou estatisticamente não detectáveis.

Os resultados de Coelho e Vieira (2026) permitem compreender que a criação da UFOPA, em 2009, esteve associada a transformações territoriais diferenciadas em Santarém, especialmente na dinâmica urbana e na utilização dos serviços de saúde. A análise sugere que a presença da universidade pode intensificar fluxos populacionais, ampliar a demanda por moradia e serviços e fortalecer a centralidade regional do município, mas não produz, isoladamente, transformações imediatas abrangentes em curto prazo. Os autores identificaram associações temporais, e não relações causais definitivas entre a implantação da UFOPA e os indicadores examinados. Essa experiência oferece uma contribuição importante ao debate sobre a possível UFMO, pois demonstra a necessidade de articular sua eventual criação a políticas complementares de infraestrutura, mobilidade, assistência estudantil e desenvolvimento regional, estabelecendo indicadores capazes de avaliar tanto a ampliação das oportunidades educacionais quanto seus possíveis desdobramentos territoriais.

Unifesspa

A UNIFESSPA foi instituída pela Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013, com sede em Marabá e previsão de cinco campi: Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. O art. 9º estabeleceu 506 novos cargos docentes e 595 técnicos (238 de nível superior e 357 de nível intermediário). O art. 12 vinculou o provimento à autorização orçamentária. O arranjo evidencia o custo organizacional da multicampia: reitoria, técnicos especializados, laboratórios, bibliotecas, contratação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

docente e manutenção de unidades territorialmente dispersas precisam estar previstos antes de anunciar cronogramas de expansão (BRASIL, 2013).

A pesquisa de Gumiero e Lopes (2023) permite aprofundar a compreensão dos efeitos da interiorização universitária sobre a democratização do acesso e as desigualdades territoriais. A partir de dados institucionais e da ANDIFES, os autores identificaram que, em 2018, 80% dos estudantes da UNIFESSPA eram oriundos de escolas públicas e 88% pertenciam a famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio. Entretanto, a distribuição territorial das matrículas apresentava expressiva concentração na sede, em Marabá, que reunia 92,1% dos estudantes, enquanto os quatro campi fora de sede respondiam conjuntamente por 7,9%. Esses resultados mostram que a ampliação do acesso de grupos socialmente vulneráveis pode coexistir com desigualdades na distribuição espacial da oferta universitária.

Outra contribuição relevante decorre do estudo de Gumiero et al. (2023), que examinou a expansão da produção científica sobre Marabá, especialmente nas temáticas de urbanização e desigualdades socioeconômicas. No levantamento referente ao período de 1958 a 2019, os autores identificaram 133 publicações acadêmicas, das quais 45 foram vinculadas à UNIFESSPA, evidenciando a participação da instituição na ampliação das pesquisas sobre problemas regionais. Esse movimento acompanhou o crescimento da estrutura universitária, com a ampliação de 16 cursos de graduação, em 2013, para 43, em 2019, e o aumento de 15 para 106 docentes doutores vinculados a programas de pós-graduação entre 2013 e 2018. Assim, a relevância de uma universidade regionalmente comprometida não se restringe à formação de profissionais, mas envolve também sua capacidade de produzir conhecimentos que subsidiem políticas públicas e contribuam para o enfrentamento das desigualdades territoriais.

As experiências da UFOPA e da UNIFESSPA evidenciam que a criação de uma universidade federal não se resume à conquista da autonomia institucional, mas envolve decisões sobre a reorganização de cursos, servidores/as e patrimônio, além da constituição de estruturas próprias de gestão e financiamento. Para a UFMO a contribuição desses precedentes não está na reprodução de seus modelos, mas na compreensão das condições necessárias à construção de uma instituição capaz de responder, a partir de um modelo distinto de universidade, às particularidades sociais, educacionais e territoriais da região.

POR UMA PROPOSTA DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARAJÓ (OCIDENTAL)

Questões a considerar no território das águas

A Tabela 6 do Mapa da Exclusão Social do Pará 2024 registra para a Região de Integração Marajó 557.220 habitantes no Censo 2022 e estimativa de 564.150 pessoas em 2023. O mesmo documento contabiliza 401.715 pessoas cadastradas em situação de pobreza em 2023, equivalentes a 71,21% da população estimada, diante de 46,25% no conjunto do Pará (FAPESPA, 2024, tabela 6).

A diferença de 24,96 pontos percentuais entre o proxy de pobreza do Marajó (71,21%) e o do Pará (46,25%) em 2023 é um sinal de concentração regional de vulnerabilidade. No IDHM municipal, na série 1991, 2000 e 2010, reproduzida por Ferreira, Silva e Rodrigues (2025, p. 11), Melgaço passou de 0,177 para 0,260 e 0,418; o último valor corresponde ao Censo de 2010. Ferreira (2022, p. 23) registra Breves com IDHM de 0,503 em 2010. Destaca ainda que saúde, escolaridade e renda são dimensões indispensáveis, porém insuficientes para descrever formas de vida e diferenças territoriais. É certo que o detalhamento socioeconômico, territorial, saúde, educação, trabalho, e outras variáveis de cada município marajoara serão condições essenciais para a definição da Matriz ou Desenho de direcionamento para o Plano a ser constituído, como, por exemplo, a proposta do Painel Marajó 2025, elaborado como produto, resultado da Disciplina Dinâmicas Territoriais, Desenvolvimento Desigual e Exclusão Social na Amazônia Marajoara, na turma de 2025, do Programa de Pós-Graduação Sociobiodiversidade e Educação (PPGSE), do Campus de Breves-UFPA.

A tese de Paes (2019) documenta a dimensão histórica de travessias e alojamentos, o que leva a considerar que qualquer estudo de implantação de universidade no Marajó deve apresentar também

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

matriz origem-destino, sazonalidade, sinuosidade, custos por tipo de transporte, acessibilidade e condições de frequência aos cursos. Isso é importante também por conta da sensibilização necessária das empresas locais quanto ao respeito e valorização dos direitos estudantis quanto à carteirinha intermunicipal, por exemplo.

Sarraf-Pacheco (2018), ao reconstruir, por meio de experiências etnográficas, registros fotográficos e narrativas históricas, os modos de vida e de luta das populações marajoaras, autor demonstra que as águas não constituem apenas elementos da paisagem ou obstáculos aos deslocamentos, mas participam da organização das relações sociais, dos saberes, das identidades e das práticas culturais da região. Sua interpretação também apresenta a diversidade histórica e sociocultural entre o Marajó das Florestas e o Marajó dos Campos, questionando leituras que tratam o arquipélago como um território homogêneo.

Em outra perspectiva, Sarraf-Pacheco (2009), ao investigar a trajetória da escolarização em Melgaço desde a década de 1950, demonstra que a constituição da educação pública no Marajó das Florestas foi atravessada por dificuldades de acesso, precariedade das condições de ensino e desigualdades entre os espaços urbanos e rurais. Fundamentado em narrativas orais de moradores, documentos municipais e diagnósticos educacionais, o estudo recupera experiências de sujeitos que participaram da construção histórica da escola e destaca a necessidade de iniciativas de pesquisa e intervenção voltadas à formação de professores ribeirinhos e à valorização das narrativas e dos conhecimentos locais.

Martins (2022) analisou indicadores de escolas estaduais de ensino médio de Breves entre 2011 e 2020 e identificou limites de avaliações em larga escala como critério único de qualidade. Ladislau (2022), no caso da comunidade Vila Gomes (Portel), estudou o SEI e apontou dificuldades de mediação, currículo e participação social. Em conjunto, essas pesquisas justificam investigar a oferta de licenciaturas, formação continuada e pesquisa sobre educação dos territórios das águas.

A investigação de Frare, Oliveira e Freitas (2017) contribui para situar a sociobiodiversidade marajoara no campo das relações entre trabalho, alimentação e manejo dos recursos naturais. Em diagnóstico realizado, em 2016, em 16 comunidades ribeirinhas de Bagre, Breves, Chaves, Gurupá, Portel e São Sebastião da Boa Vista, com entrevistas a 40 chefes de família, os autores registraram práticas de agricultura familiar associadas à pesca e ao extrativismo, incluindo compostagem de resíduos orgânicos e utilização de preparados locais no manejo das lavouras. O estudo, entretanto, também identificou o emprego recorrente de queimadas no preparo do solo, evidenciando que a valorização de conhecimentos tradicionais não dispensa a investigação crítica de seus impactos ambientais. Para a UFMO esses resultados fundamentam a pertinência de agendas interdisciplinares de pesquisa e extensão em agroecologia, sistemas agroflorestais, segurança alimentar e tecnologias adequadas às comunidades das águas e florestas. A contribuição institucional mais promissora não estaria em transferir soluções técnicas, mas em produzir conhecimento em cooperação com agricultores, extrativistas e instituições públicas presentes no território, respeitando a diversidade dos sistemas produtivos.

A dissertação de Melo (2022), fundamentada também nos dados da pesquisa de Rocha et al. (2020), apresenta informações relevantes sobre as condições educacionais e socioeconômicas da juventude marajoara. Em 2020, a 13ª Unidade Regional de Educação (URE), sediada em Breves, atendia 12.829 estudantes do ensino médio, distribuídos em 13 escolas de oito municípios do Marajó. Somente em Breves, a rede estadual registrava 3.767 matrículas, enquanto o Instituto Federal do Pará (IFPA) atendia 357 estudantes no ensino médio integrado. Em contrapartida, segundo a autora, a oferta de ingresso na graduação pelo Campus Marajó-Breves da UFPA situava-se, naquele período, em aproximadamente 200 vagas anuais. Embora essas informações não permitam calcular diretamente a demanda reprimida por educação superior, evidenciam a importância de examinar a relação entre a formação na educação básica e as oportunidades de continuidade dos estudos na região, especialmente diante das limitações da oferta universitária presencial.

A pesquisa também revela características dos estudantes que precisam ser consideradas no planejamento da expansão universitária. Entre os participantes do levantamento realizado em 2020, 70,2% se autodeclararam pretos ou pardos, 86,3% pertenciam a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos e 6,3% informaram possuir baixa visão. Além disso, foram registrados impactos da pandemia de Covid-19 sobre as condições de trabalho e renda familiares, incluindo 209 relatos de perda

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

de emprego. Esses resultados, circunscritos ao universo pesquisado, oferecem subsídios à discussão sobre a UFMO, particularmente quanto à necessidade de ampliar oportunidades de formação superior acompanhadas de políticas de assistência estudantil, acessibilidade, inclusão e permanência. Nesse sentido, a eventual implantação da UFMO deve considerar não apenas a expansão quantitativa de cursos e vagas, mas também as condições sociais e educacionais dos potenciais ingressantes, de modo a reduzir obstáculos ao acesso e à conclusão da formação universitária, respeitando as particularidades territoriais do Marajó em sua socibiodiversidade.

A desigualdade de acesso não se limita à passagem da escola básica ao ensino superior. Borges (2022), com sete narrativas de jovens que vivenciaram a maternidade na adolescência em Breves, documentou obstáculos relacionados à continuidade educacional, ao cuidado e aos direitos. Souza (2022), ao estudar o trabalho dos pedagogos na assistência social de Melgaço, descreveu lacunas nas práticas de educação social no âmbito dos serviços analisados. Silva (2023), com pesquisa qualitativa na comunidade quilombola São José da Povoação, em Curralinho, discutiu identidade étnico-racial e experiências escolares de estudantes quilombolas. Esses estudos evidenciam que políticas acadêmicas de permanência, formação em serviço e extensão exigem recortes específicos de gênero, raça, território e trajetórias escolares, e não a figura abstrata de um "aluno marajoara" homogêneo.

No Relatório de Gestão 2024 da UFPA, o Campus de Breves possui 890 matrículas na graduação, 42 docentes e 20 técnicos; em 2021, Ferreira (2022, p. 63) descreveu 1.213 alunos, 44 docentes e 20 técnicos e oferta que incluía Serviço Social, além de quatro licenciaturas. O alcance acumulado da formação aparece no artigo de Ferreira, Silva e Rodrigues (2025, p. 16), em que a Secretaria Acadêmica do Campus, com atualização em junho de 2024, informou 2.459 diplomados até 2023 nos cursos contabilizados pela unidade: 803 em Pedagogia, 577 em Letras, 315 em Ciências Naturais, 298 em Matemática, 148 em Serviço Social e 318 em turmas de Letras e Pedagogia do PARFOR. O mesmo artigo explicita 151 diplomados em turmas flexibilizadas de Geografia, História, Enfermagem e Turismo não incluídos naquele total por estarem vinculados a outras unidades da UFPA.

Em relação à permanência, Souza (2021) registra que o Campus de Breves possuía 1.116 matriculados em 2014, dos quais 26 recebiam o Programa Permanência (2,33%); em 2021 eram 902 matriculados, com 54 beneficiários (aproximadamente 6%). O levantamento reúne 219 discentes que receberam modalidades de assistência estudantil entre 2014 e 2021, dos quais 98% declararam escolarização média integral na rede pública. A autora também compara, para 2020, taxa de sucesso na graduação de 18,39 no campus e 72,23 no conjunto da UFPA, ressaltando limitações de permanência e conclusão.

Ferreira (2022, p. 30-31) aplicou questionário eletrônico a 80 egressos de diferentes períodos de conclusão do Campus de Breves, mediante convite público. Entre os participantes, 71 eram naturais de municípios do Marajó (p. 97), 51 relataram participação em projetos de pesquisa ou extensão (p. 113) e, desses 51, 49 consideraram as atividades relacionadas a necessidades comunitárias (p. 114). Os dados demonstram circulação regional da formação e participação acadêmica no grupo observado.

Na mesma pesquisa, Ferreira (2022, p. 132-134), mostra que 44 dos 80 respondentes informaram ingresso no trabalho por concurso público e 41 declararam ter enfrentado dificuldades para trabalhar ou exercer a profissão. Entre as dificuldades registradas no grupo correspondente, 23 menções referiam-se à concorrência no campo de atuação e oito, à ausência de experiência profissional. Esses resultados oferecem subsídios para o planejamento acadêmico da UFMO, especialmente quanto à necessidade de diversificar as oportunidades de formação profissional, fortalecer a articulação entre universidade e instituições empregadoras e ampliar as possibilidades de estágio e inserção no mundo do trabalho.

A expressiva participação do setor público nas trajetórias profissionais dos egressos pesquisados também evidencia a importância de considerar a estrutura ocupacional dos municípios marajoaras, sem restringir a formação universitária às demandas imediatas desse setor. Nessa perspectiva, a definição de novos cursos de graduação deve fundamentar-se em diagnósticos territoriais, estudos prospectivos sobre necessidades de formação e oportunidades profissionais, análise da capacidade institucional e participação das comunidades locais. Trata-se de assegurar que a expansão da oferta

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

acadêmica esteja articulada às necessidades sociais e econômicas da região, preservando a formação científica, crítica e cidadã como dimensão constitutiva da universidade pública.

Propostas e tramitação legislativa sobre a Universidade Federal do Marajó

A reivindicação possui antecedentes pertinentes. O Projeto de Lei do Senado nº 124/2010, de autoria do senador Mário Couto, propôs autorizar a criação da Universidade Federal do Arquipélago do Marajó (UFAMPA), sediada em Breves, por desmembramento da UFPA. A proposição foi arquivada ao final da legislatura, em dezembro de 2014 (BRASIL, SENADO FEDERAL, 2010).

Em 2012, o Movimento Marajó Forte e o Grupo em Defesa do Marajó organizaram e divulgaram campanha pública favorável à criação da instituição, mobilizando assinaturas e reivindicando uma educação superior vinculada à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável. Os registros da campanha expressam uma formulação política produzida por atores regionais (MOVIMENTO MARAJÓ FORTE, 2012). A pauta encontrava interlocutores na sociedade civil, mas não conseguimos mensurar a representatividade social da mobilização.

A institucionalização parcial dessa demanda aparece na Indicação nº 4.866/2013, apresentada pelo deputado Miriquinho Batista ao MEC. O texto sugeriu a criação da Universidade Federal do Marajó por desmembramento da UFPA, com referência a Breves e Soure, e reproduziu argumentos do Movimento Marajó Forte e do Grupo em Defesa do Marajó (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

No plano institucional, o Campus Universitário do Marajó-Breves aprovou, por meio da Portaria de Designação nº 29/2022, de 19 de outubro de 2022, a composição de grupo de trabalho destinado à apresentação de relatório sobre a proposta de criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFPA, 2022a). Os documentos demonstram a existência de uma agenda interna de discussão, que não foi levada adiante em função das dificuldades e antagonismos internos diante da pauta, especialmente pela falta de apoio institucional à época, o que pode ser entendido desde a primeira tentativa de constituição do grupo. Em 13/03/2021 a coordenação do Campus enviou e-mail solicitando manifestação dos interessados em compor a comissão para discussão sobre a possível Universidade Federal do Marajó. Em 05/09/2022 foi enviado outro e-mail trazendo à memória a comunicação anterior e informando que, independentemente das manifestações, as discussões avançariam com o total de membros disponíveis.

Entre novembro de 2022 e abril de 2023, o Grupo de Trabalho (GT) sobre a criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO) realizou três reuniões, nas quais foram discutidos os fundamentos políticos, sociais, acadêmicos e institucionais da proposta, considerando o desenvolvimento regional, a sociobiodiversidade, as desigualdades sociais e educacionais e as particularidades ambientais e territoriais da Amazônia Marajoara. Os debates contemplaram o levantamento dos antecedentes legislativos e das mobilizações sociais em defesa da criação da universidade, bem como a análise das experiências de desmembramento universitário no Pará, especialmente da UFOPA. Também foi examinada a trajetória histórica do Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB), destacando suas contribuições para a formação profissional e científica, a expansão decorrente do REUNI e os desafios relacionados à infraestrutura, ao financiamento, à assistência estudantil, à diversificação dos cursos, à pós-graduação e à ampliação do quadro de servidores. Como encaminhamentos, foram propostas a elaboração de uma minuta preliminar, a ampliação do diálogo com a sociedade civil, a comunidade acadêmica e o poder público, além do convite a profissionais da UFPA que estiveram à frente dos processos de implantação da UFOPA e da UNIFESSPA, com vistas a subsidiar a construção de uma proposta de universidade pública fundamentada nas especificidades e demandas do Marajó Ocidental.

O material também recupera o PDI 2016-2025 da UFPA, no qual se discutiam propostas de universidades para diferentes regiões do estado, e mobiliza os casos UFOPA e UNIFESSPA para examinar a dimensão administrativa de eventual desmembramento. Em 2023, a agenda ganhou duas novas expressões parlamentares. O senador Jader Barbalho apresentou o Projeto de Lei nº 5.126/2023, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Marajó. Conforme a consulta à página do Senado (https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160642) realizada para

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

este estudo, a proposição permanecia em tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando designação de relator.

Na Câmara dos Deputados, o deputado Airton Faleiro apresentou o Projeto de Lei nº 5.411/2023, com objetivo de autorizar a criação da Universidade Federal do Marajó. O processo oferece um exemplo da complexidade política e jurídica do tema. A Comissão de Administração e Serviço Público aprovou, em maio de 2025, parecer favorável da deputada Erika Kokay. Posteriormente, o relator Diego Garcia apresentou, na Comissão de Educação, parecer pela rejeição, em outubro de 2025. A ficha de tramitação consultada, disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2402827> registra que o projeto foi retirado de pauta por acordo em 29 de abril de 2026.

Na 11ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Campus Universitário do Marajó-Breves, realizada em 16 de novembro de 2023, foram apresentados os antecedentes e as iniciativas legislativas relacionadas à criação da Universidade Federal do Marajó. A discussão recuperou as propostas apresentadas pelo senador Mário Couto, em 2010, e pelo deputado federal Miriquinho Batista, em 2013, ambas arquivadas, além do projeto do senador Jader Barbalho, de 2023, que propunha autorizar a criação de uma universidade federal com sede em Breves. Também foram destacadas as mobilizações do Movimento Marajó Forte e a constituição, em outubro de 2022, do Grupo de Trabalho do Campus. O debate, além das contradições internas quanto ao possível consenso, evidenciou divergências quanto a uma possível expansão, assim como a uma universidade voltada ao Marajó Ocidental e outra que contemplasse todo o arquipélago. Diante da necessidade de fundamentar uma posição institucional, o Conselho aprovou, por unanimidade, a solicitação à Reitoria da UFPA de uma cópia do Plano de Expansão da Educação Superior apresentado ao MEC, reforçando a importância de estudos técnicos e da participação do Campus de Breves nas decisões sobre a eventual criação da universidade.

O alcance do documento levado ao MEC merece explicitação. Segundo notícia institucional da UFPA publicada em 7 de junho de 2023, a proposta das instituições federais paraenses associava a consolidação dos campi existentes à hipótese de criação de quatro novas universidades por desmembramento: uma no Nordeste Paraense, outra no Xingu, uma na Amazônia Tocantina e a Universidade Federal do Marajó, esta constituída a partir dos campi de Breves e Soure (UFPA, 2023).

Considerando a mudança na gestão do Campus e a suspensão temporária das discussões, o técnico-administrativo Paulo Rafael, solicitou, em 14/11/2025, que o Conselho da Unidade apreciasse pauta sobre a criação de um GT destinado a estudar a viabilidade da Universidade Federal do Marajó. A pauta foi aprovada em 15/12/2025, na 11ª reunião ordinária de 2025, do Conselho do Campus de Breves-UFPA.

O conjunto documental permite compreender que a proposta de criação de uma universidade federal no Marajó não constitui uma iniciativa circunstancial, mas resulta de uma trajetória histórica já iniciada de mobilização social ainda tímida, articulação político-institucional e iniciativas parlamentares que, em diferentes momentos, conferiram visibilidade à reivindicação. Embora esse percurso tenha sido marcado por descontinuidades, os esforços empreendidos oferecem fundamentos para o amadurecimento da proposta. O desafio que se coloca consiste em converter esse acúmulo histórico e político em um projeto acadêmico e institucional consistente, socialmente legitimado e fundamentado nas particularidades territoriais da Amazônia marajoara.

A possível UFMO multicampi no coração da Amazônia

A delimitação territorial da UFMO deve constituir parte de um processo mais amplo de planejamento institucional, orientado pelo reconhecimento das particularidades geográficas, socioeconômicas, culturais e educacionais dos municípios que integram essa região. A definição da localização de possíveis campi e da oferta de cursos não pode decorrer exclusivamente de decisões político-administrativas, devendo fundamentar-se em diagnósticos territoriais consistentes e em processos efetivos de participação social.

Nesse sentido, torna-se indispensável a realização de consultas e plenárias públicas, envolvendo comunidades locais, movimentos sociais, instituições educacionais, gestores públicos e representantes da comunidade acadêmica. Dentre muitas discussões, tais espaços podem ser subsidiados,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

inicialmente, por informações sobre as condições socioeconômicas dos municípios, formação e inserção profissional da população, número de concluintes do ensino médio, demanda potencial por educação superior e as possibilidades de acesso e permanência dos estudantes.

Particular atenção deve ser atribuída às condições de mobilidade fluvial, à sazonalidade dos deslocamentos, aos custos de transporte e manutenção estudantil e à infraestrutura necessária ao funcionamento das atividades acadêmicas. Mais do que identificar municípios aptos a receber unidades universitárias, trata-se de construir um projeto institucional capaz de articular a democratização do acesso ao ensino superior, a produção de conhecimentos socialmente relevantes e o enfrentamento das desigualdades territoriais, sem desconsiderar as condições efetivas de financiamento e sustentabilidade acadêmica da futura universidade.

Gonçalves e Costa (2020), a partir de entrevistas e observações etnográficas na comunidade Santo Antônio, no distrito Antônio Lemos, em Breves, demonstram que a relação dos ribeirinhos com o rio e a floresta envolve conhecimentos práticos continuamente reelaborados, perceptíveis, entre outros aspectos, na construção e utilização de rabetas e artefatos de pesca. O estudo permite compreender a sociobiodiversidade não apenas como variedade de espécies ou potencial econômico dos recursos naturais, mas como articulação histórica entre ambiente, técnicas, memória, sociabilidade e modos de habitar. Na discussão sobre a UFMO, essa perspectiva é particularmente relevante porque desloca o planejamento universitário de uma lógica limitada à distribuição de cursos e equipamentos para a construção de um projeto acadêmico atento aos sujeitos e às territorialidades marajoaras. Desse entendimento decorre a recomendação de promover currículos, pesquisa e extensão capazes de estabelecer interlocução entre conhecimentos científicos e práticas comunitárias, inclusive nos campos da educação, da pesca, da mobilidade fluvial e da gestão socioambiental.

Essa compreensão é aprofundada por Costa (2025), em pesquisa sobre os patrimônios histórico-culturais de comunidades ribeirinhas do rio Mapuá, em Breves, ao reconhecer a capacidade dessas populações de produzir e ressignificar conhecimentos e práticas na relação com o território:

> Diante disso, podemos dizer que os "patrimônios" arqueológicos e culturais de comunidades tradicionais na Amazônia Marajoara envolvem dinâmicas, cosmologias, saberes, materialidades que ajudam a forjar e a (re)inventar cotidianamente o modo de vida entre rios e floresta (Costa, 2025, p. 134).

Sob essa perspectiva, a singularidade da UFMO não deve residir apenas em sua localização geográfica ou em sua autonomia administrativa, mas na capacidade de construir um projeto acadêmico que reconheça as populações marajoaras como sujeitos da produção de conhecimento. A sociobiodiversidade, compreendida a partir das relações entre saberes, práticas culturais e ambientes, deve orientar a definição de currículos, agendas de pesquisa e ações de extensão, de modo que a universidade se constitua a partir das experiências históricas e das necessidades dos povos das águas e das florestas.
Ferreira (2022) mostra que entre 80 egressos consultados, 43,8% perceberam retração e outros 43,8% estabilidade do mercado de trabalho em sua área; cerca de 12% perceberam expansão. São percepções situadas, que recomendam estudar postos de trabalho e vagas por formação antes de criar novas graduações.

A organização institucional pode partir de um estudo das leis que criaram UFOPA e UNIFESSPA. No primeiro caso, foram criados 432 cargos docentes e 332 técnico-administrativos; no segundo, 506 docentes e 595 técnico-administrativos (BRASIL, 2009; 2013). A diferença expressa projetos institucionais distintos. O planejamento pode utilizar a experiência mensurada do próprio Campus. Conforme a série compilada por Ferreira (2022), os projetos de pesquisa passaram de 9 (2015) para 54 (2019), os de extensão de 8 para 44, e o número anual de bolsistas de 2 para 117, segundo relatórios institucionais. Esse crescimento revela atividades que precisariam ter continuidade mais firme na transição com possibilidades de expansão e prospecções à inovação.

Uma proposta institucional equilibrada deve apresentar pelo menos três cenários comparáveis. No cenário A, manutenção da vinculação à UFPA com ampliação de cursos, orçamento, docentes, técnicos e assistência estudantil em Breves e Soure, a partir de cronograma real de expansão para alcance da população marajoara de forma ampliada e planejada para, no máximo, vinte anos; no

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

cenário B, criação de autarquia própria a partir de Breves, com implantação sistemática no Marajó Ocidental e com estímulo à criação de autarquia própria também para o Marajó Oriental; no cenário C, universidade de abrangência marajoara mediante pactuação de Breves e Soure e cobertura planejada e integral do Marajó, agregada por uma instituição única, a Universidade Federal do Marajó. Em cada hipótese, é necessário estudos sistemáticos e bem consolidados, além da participação da sociedade civil organizada, instituições e poder público.

Nos modelos estudados, a Lei nº 12.085/2009 descreve a transferência de estudantes, cursos, pessoal e patrimônio; a Lei nº 12.824/2013 contempla ainda a criação de campi e a exigência de autorização orçamentária para provimento. Para a UFMO, tal desenho precisa ser elaborado conjuntamente com a UFPA e o MEC e submetido à análise legislativa e executiva competente.

Destacamos que a permanência deve ser condição fundamental. A pesquisa de Souza (2021) oferece parâmetros históricos de baixa cobertura do Programa Permanência (26 entre 1.116 matriculados em 2014; 54 entre 902 em 2021). A PNAES de 2024 prevê linhas ligadas a alimentação, moradia, transporte e saúde mental. A futura instituição deverá observar a legislação de ações afirmativas e discutir com as comunidades os meios legais de aprimorar ingresso e permanência, para além da assistência estudantil.

A investigação de Ferreira (2022, p. 74-75) identificou, entre egressos do Campus Universitário do Marajó-Breves, críticas à limitada diversidade de cursos de graduação e à insuficiência de ofertas regulares de pós-graduação, evidenciando demandas por oportunidades de formação acadêmica e qualificação profissional na região. Essas reivindicações adquirem particular relevância quando relacionadas à trajetória da produção intelectual do Campus, que registrou 267 produções em 2015, alcançou 599 em 2019 e contabilizou 391 em 2020 (Ferreira, 2022, p. 72-73). Embora esses números não representem uma trajetória de crescimento contínuo, demonstram a existência de uma produção acadêmica que merece ser considerada no debate sobre a criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO). A experiência acumulada indica a importância de conceber a futura instituição não apenas como possibilidade de ampliação da oferta de graduações, mas também como espaço de consolidação da pesquisa e da pós-graduação, mediante condições adequadas de financiamento, infraestrutura, qualificação docente e definição de áreas de conhecimento articuladas às necessidades sociais, educacionais e territoriais do Marajó Ocidental.

A concepção da estrutura de governança e do planejamento institucional da UFMO deve considerar tanto os riscos de concentração do poder decisório e dos recursos acadêmicos na sede quanto os limites da reprodução de modelos universitários concebidos em outros contextos territoriais. As experiências de universidades federais já constituídas, embora ofereçam importantes referências para a compreensão dos processos de implantação e organização multicampi, devem subsidiar a elaboração de um projeto institucional próprio, e não a simples transposição de estruturas e práticas administrativas e acadêmicas para a realidade marajoara. A singularidade da UFMO deve decorrer do reconhecimento das particularidades históricas, sociais, culturais, ambientais e territoriais da região, incorporando-as como fundamentos de sua organização, planejamento e avaliação. Nessa perspectiva, a realização de audiências públicas nos municípios do Marajó Ocidental e a consulta à comunidade acadêmica da UFPA constituem etapas fundamentais para conferir legitimidade social e institucional ao eventual processo de desmembramento, assegurando que a futura universidade seja concebida mediante uma construção coletiva, com efetiva participação das populações marajoaras.

A eventual criação da UFMO pressupõe um planejamento institucional que articule a democratização da educação superior, a viabilidade acadêmico-administrativa e a construção de um projeto de universidade comprometido com as territorialidades marajoaras e sua sociobiodiversidade. Tal empreendimento exige estudos sistemáticos sobre as demandas educacionais dos municípios, as condições de mobilidade fluvial, as necessidades de formação profissional e as potencialidades sociais, culturais, econômicas e ambientais da região. Esses estudos deverão subsidiar a definição da oferta acadêmica, da distribuição territorial dos campi e das condições necessárias à constituição e manutenção da estrutura universitária, considerando o dimensionamento do quadro de servidores, a infraestrutura, o patrimônio e a sustentabilidade orçamentária. Trata-se de conferir consistência técnica, acadêmica e política a uma reivindicação histórica, de modo que a autonomia institucional pretendida se traduza em

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

efetiva capacidade de ampliar direitos, produzir conhecimentos e contribuir para o enfrentamento das desigualdades territoriais.

A consistência desse planejamento dependerá, sobretudo, da capacidade de articular os estudos técnicos às expectativas e reivindicações da sociedade marajoara. A participação da comunidade acadêmica, dos movimentos sociais, das populações tradicionais e das instituições públicas deve constituir uma dimensão estruturante da formulação do projeto universitário, conferindo-lhe legitimidade social e institucional. A construção desses entendimentos deverá subsidiar, junto à UFPA, ao Ministério da Educação e às demais instâncias competentes, os encaminhamentos jurídicos, administrativos e orçamentários necessários à eventual criação da instituição. Mais do que viabilizar um processo de desmembramento, o desafio consiste em construir as bases de uma universidade cuja autonomia permita ampliar a capacidade de produção científica, formação humana e intervenção social no território. A perspectiva que se defende neste estudo é, portanto, a de uma universidade pública concebida não apenas para o Marajó Ocidental, mas a partir de suas territorialidades, de sua sociobiodiversidade e das aspirações históricas de suas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender que a proposta de criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental (UFMO) encontra fundamentos em uma trajetória histórica de reivindicações sociais, na experiência acadêmica acumulada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) no território e na necessidade de ampliar as possibilidades de acesso e permanência na educação superior pública na região. Trata-se de uma discussão que ultrapassa a dimensão político-administrativa do desmembramento de uma universidade, colocando em perspectiva a construção de um projeto institucional singular, comprometido com o enfrentamento das desigualdades históricas e com a valorização da sociobiodiversidade marajoara.

A presença da UFPA no Marajó, particularmente por meio do Campus Universitário do Marajó-Breves, constitui uma conquista social que precisa ser reconhecida como fundamento de qualquer proposta de expansão universitária na região. Desde o início de suas atividades, em 1990, o Campus tem contribuído para a formação de profissionais, a produção de conhecimentos científicos, o desenvolvimento de ações extensionistas e a ampliação das oportunidades educacionais. Entretanto, os estudos mencionados demonstram que ainda persistem desafios relacionados à diversificação da oferta de cursos de graduação, à consolidação da pós-graduação, à infraestrutura acadêmica, à ampliação dos quadros de servidores e às condições de permanência estudantil. Essas questões justificam discutir novas possibilidades de organização da educação superior federal no território, entre as quais se situa a criação da UFMO.

As experiências de criação da UFOPA e da UNIFESSPA oferecem importantes subsídios para essa discussão, sobretudo por demonstrarem que a constituição de uma universidade federal em determinada região depende da convergência de esforços sociais, políticos e institucionais, da existência de experiência acadêmica acumulada e da garantia de condições administrativas, financeiras e jurídicas para sua implantação. Contudo, tais experiências também permitem reconhecer que a autonomia institucional e a organização multicampi não asseguram, por si mesmas, a superação das desigualdades territoriais, especialmente quando há concentração de recursos, oportunidades acadêmicas e poder decisório demasiado nas unidades que abrigam as sedes dessas instituições. Nesse sentido, interessa à proposta da UFMO conhecer criticamente essas experiências, identificando suas contribuições e limitações, sem reproduzir modelos universitários que não correspondam às particularidades da realidade marajoara.

A recuperação dos antecedentes legislativos, das mobilizações sociais e das iniciativas institucionais demonstra que a reivindicação pela criação de uma universidade federal no Marajó possui uma trajetória que antecede as proposições parlamentares mais recentes. A constituição, em 2022, do Grupo de Trabalho no Campus Universitário do Marajó-Breves representou uma iniciativa importante no sentido de conferir maior consistência acadêmica e institucional à discussão. As reuniões realizadas entre novembro de 2022 e abril de 2023 possibilitaram organizar fundamentos preliminares da proposta

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

e sinalizar caminhos para sua construção coletiva. Entretanto, as dificuldades de continuidade dos trabalhos e as divergências quanto à emancipação e à própria abrangência territorial da futura universidade demonstram a necessidade de ampliar os espaços de discussão, construir convergências e fortalecer a participação dos diferentes segmentos da sociedade marajoara e da comunidade universitária.

A defesa da criação de uma universidade federal voltada ao Marajó Ocidental não deve ser interpretada como oposição à ampliação da educação superior pública no Marajó Oriental. Ao contrário, parte-se do reconhecimento de que a diversidade das territorialidades marajoaras, as condições de mobilidade, as redes de relações sociais e econômicas e as particularidades históricas e culturais de suas populações justificam o movimento de diferentes configurações institucionais. A possibilidade de constituição de mais de uma universidade federal no Marajó merece, portanto, integrar a agenda de estudos e discussões sobre a expansão da educação superior na Amazônia, sem que se estabeleçam previamente limites às possibilidades de desenvolvimento acadêmico de cada sub-região.

Uma das questões centrais defendidas neste artigo diz respeito à necessidade de pensar não apenas a criação de uma universidade no Marajó Ocidental, mas a construção de uma universidade, em perspectiva distinta, singular, a partir do Marajó Ocidental. Essa distinção implica reconhecer as populações marajoaras como sujeitos da concepção, da implantação e do desenvolvimento da futura instituição. As águas, as florestas, os saberes tradicionais, as identidades culturais, as formas de organização comunitária e as práticas produtivas precisam constituir referências para a definição das políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. A sociobiodiversidade, nessa perspectiva, não pode ser compreendida apenas como uma temática de investigação ou uma potencialidade econômica regional, mas como uma dimensão estruturante do projeto acadêmico e institucional da universidade.

A organização multicampi da UFMO deverá considerar, dentre vários elementos, a complexidade dos deslocamentos fluviais, a sazonalidade, os custos de transporte, as condições de conectividade, as demandas educacionais dos municípios e as possibilidades efetivas de permanência dos estudantes. A distribuição territorial das unidades acadêmicas, assim como a definição dos cursos e das áreas prioritárias de pesquisa, deverá resultar de estudos consistentes e de processos democráticos de participação social. Igualmente importante será estabelecer mecanismos de governança que assegurem a participação das diferentes unidades universitárias nas decisões institucionais, evitando a reprodução de assimetrias entre sede e campi.

Como desdobramento desta investigação, considera-se pertinente a retomada e a ampliação das atividades do Grupo de Trabalho, com a participação de pesquisadores, gestores universitários, representações estudantis, movimentos sociais, populações tradicionais, instituições públicas e representantes dos municípios. A elaboração de um estudo de viabilidade deverá contemplar, entre outras dimensões, a demanda por educação superior, as necessidades de formação profissional, a estrutura ocupacional da região, as condições de mobilidade, a infraestrutura existente, os investimentos necessários, a composição dos quadros de pessoal e as alternativas de organização acadêmico-administrativa. Esse processo poderá subsidiar tanto as deliberações internas da UFPA junto ao território, quanto a interlocução com o Ministério da Educação, o Congresso Nacional e as demais instâncias envolvidas na formulação e implementação dessa política pública.

Reconhece-se que a natureza bibliográfica e documental deste estudo não permite estabelecer a viabilidade técnica, financeira e administrativa da criação da UFMO, tampouco definir conclusivamente a localização de seus campi ou a composição de sua oferta acadêmica. Os indicadores e as pesquisas examinados também apresentam diferentes abrangências territoriais e temporais, o que exige aprofundamentos específicos para os onze municípios considerados neste artigo como integrantes do Marajó Ocidental. Tais limitações, entretanto, não diminuem a relevância dos fundamentos identificados, mas sinalizam a necessidade de uma agenda articulada de pesquisas que contribua para qualificar o debate público e subsidiar as decisões institucionais.

Conclui-se que a criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental constitui uma alternativa institucional relevante para a democratização da educação superior pública e para o desenvolvimento regional, desde que concebida para além da ampliação quantitativa de cursos, vagas e estruturas administrativas. Sua contribuição potencial reside na possibilidade de fortalecer a autonomia acadêmica e científica do território, ampliar os espaços de produção e socialização de conhecimentos, valorizar as

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

identidades marajoaras e contribuir para a construção de alternativas de desenvolvimento comprometidas com a justiça social, climática e ambiental. Pensar a UFMO significa, portanto, projetar uma universidade pública que reconheça a complexidade e as potencialidades da Amazônia Marajoara, que dialogue com seus povos e territórios e que assuma o compromisso de participar, juntamente com a sociedade, da transformação das condições históricas que têm limitado o exercício dos direitos das populações dessa região.

REFERÊNCIAS

BORGES, Valéria de Oliveira Pena. *Narrativas de meninas mães em Breves-Marajó*: saúde, educação e trabalho na perspectiva do desenvolvimento humano. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. *Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12085.htm>. Acesso em: 18 mai. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.gov.br/norma/588087/publicacao/34619079>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013*. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12824.htm>. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03 out. 2026.

BRASIL. *Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024*. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://legis.senado.gov.br/norma/38682485>. Acesso em: 01 out. 2026.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Indicação nº 4.866, de 2013*. Sugere a criação da Universidade Federal do Marajó por desmembramento da Universidade Federal do Pará. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1099303>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 5.411, de 2023*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Marajó. Brasília, DF, 2023. Tramitação consultada em 01 out. 2026. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2402827>. Acesso em: 01 out. 2026.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Marajó e Bailique*: monitoramento e avaliação de políticas de desenvolvimento regional. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional/monitoramento-e-avaliacao/marajo-e-bailique>. Acesso em: 01 out. 2026.

BRASIL. SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2010*. Autoriza a criação da Universidade Federal do Arquipélago do Marajó (UFAMPA). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/96809>. Acesso em: 02 out. 2026.

BRASIL. SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei nº 5.126, de 2023*. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Marajó. Brasília, DF, 2023. Tramitação consultada em 03 out. 2026. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160642>. Acesso em: 03 out. 2026.

COELHO, André Felipe Canuto; VIEIRA, Thatiane da Silva. Da política à evidência: interiorização do ensino superior e desenvolvimento local a partir do caso UFOPA em Santarém. *Novos Cadernos NAEA*, v. 29, n. 2, 2026. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/20313>. Acesso em: 04 out. 2026.

COSTA, Eliane Miranda. Os "patrimônios" da floresta: artefatos, saberes e práticas de comunidades tradicionais na Amazônia Marajoara. *História Oral*, v. 28, n. 1, p. 119-136, jan./abr. 2025. <https://doi.org/10.51880/ho.v28i1.1491>. Acesso em: 04 out. 2026.

FAPESPA. *Mapa da exclusão social do Estado do Pará 2024*. Belém: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2024. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/10/MAPA-DA-EXCLUSAO-SOCIAL-DO-PARA-2024.pdf>. Acesso em: 04 out. 2026.

FERREIRA, Paulo Rafael da Silva. *Por rios e florestas, a UFPA e o desenvolvimento humano no Marajó*: uma análise sobre o papel da universidade nos municípios de Breves e Melgaço. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.

FERREIRA, Paulo Rafael da Silva; SILVA, Gilmar Pereira da; RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. A Universidade Federal do Pará e a Amazônia Marajoara: uma análise sobre o papel da UFPA frente aos resultados do índice de desenvolvimento humano em Melgaço-PA. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 4, p. 1-20, 2025. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.4-095>.

FRARE, Júlio César Vieira; OLIVEIRA, Ivanildo Amorim de; FREITAS, Ludmila de. Potencial agroecológico da agricultura familiar de comunidades ribeirinhas agroextrativistas do Marajó, Amazônia Oriental. *Unimar Ciências*, Marília, v. 26, n. 1-2, p. 41-53, 2017. Disponível em: <https://ojs.unimar.br/index.php/ciencias/article/view/513/280>. Acesso em: 01 jun. 2026.

GOMES, Izabel Cristina Colares. *O processo de criação de uma universidade para a Amazônia*: os bastidores da construção da UFOPA. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Universidade Federal do Pará, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/2934>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

GONÇALVES, Andressa Santos; COSTA, Eliane Miranda. Os ribeirinhos do Marajó: notas sobre as práticas tradicionais na relação com o meio ambiente amazônico. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 15, p. 508-523, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2925>. Acesso em: 01 ago. 2026.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; LOPES, Ana Maria Tigre. A interiorização do ensino federal superior na Amazônia: os impactos da UNIFESSPA no sudeste do Pará. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, 2023. <https://doi.org/10.3895/rbpd.v12n2.16924>. Acesso em: 01 jun. 2026.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; REDÓN, Sérgio Moreno; TIGRE, Ana Maria Lopes; FERNANDES, Gustavo. A expansão do conhecimento científico na Amazônia: desdobramentos do projeto de interiorização do ensino federal superior da UNIFESSPA. *Gestão & Regionalidade*, v. 39, e20237999, 2023. <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20237999>. Acesso em: 02 jun. 2026.

INEP. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior por Município*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>. Acesso em: 02 jun. 2026.

LADISLAU, Claudenildo da Silva. *A experiência do ensino médio interativo no Pará*: o caso da implantação e funcionamento do Projeto SEI em uma comunidade ribeirinha do município de Portel. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.

MARTINS, Edilene Santos de Farias. *O SISPAE e a qualidade do ensino*: diagnóstico das escolas públicas de ensino médio no município de Breves-PA a partir da análise de indicadores educacionais (2011 a 2020). Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.

MELO, Vera Lúcia Farias de. *Juventudes e educação no ensino médio*: um estudo do Projeto Mundiar no município de Breves/PA (2014 a 2019). Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.

MOVIMENTO MARAJÓ FORTE. *Deputado estadual Eliel Faustino apoia a criação da Universidade Federal do Marajó*. Marajó, 30 abr. 2012. Registro de mobilização social. Disponível em: <https://movimentomarajoforte.blogspot.com/2012/04/deputado-estadual-eliel-faustino-prpa.html>. Acesso em: 03 out. 2026.

PAES, Carlos Élvio das Neves. *A universidade reivindicada*: etnografia histórica de uma ação pública no Marajó, PA. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2019.

PARÁ. Lei nº 9.064, de 25 de maio de 2020. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA). *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, n. 34.234, edição extra, p. 4, 27 maio 2020. Disponível em: <https://sistemas.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/6556.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.

RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. *Comunicação*: GT do Campus Breves para elaboração de relatório sobre a criação da Universidade Federal do Marajó (Ocidental). Apresentação no Conselho do Campus de 16 nov. 2023. Material documental disponibilizado à pesquisa.

RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. Jovens marajoaras: identidades pluriversas. In: COSTA, Eliane Miranda; LIMA, Natamias Lopes de; HAGE, Salomão (org.). *Juventudes marajoaras em movimento na defesa da vida, do bem viver, do território e da diversidade*. Breves, PA: CUMB-UFPA, 2023. p. 26-34.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

SANTOS, Fransuellen Paulino; AMARAL, Pedro; LUZ, Luciana. Expansão do ensino superior e a distribuição regional das universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 25, e202317, 2023. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202317>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SARRAF-PACHECO, Agenor. Cartografia & fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia Marajoara. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 63-98, jan./jul. 2018. <https://doi.org/10.22456/1984-1191.85243>. Acesso em: 01 out. 2026.

SARRAF-PACHECO, Agenor. Lutas e urdiduras entre a cidade e a floresta: o "fazer-se" da educação em Melgaço-PA. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, Campo Largo, v. 8, n. 2, p. 1-22, nov. 2009. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/download/814/496>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SILVA, Lucas Alves. *Percepções dos estudantes negros quilombolas sobre suas identidades étnico-raciais na escola da Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Povoação*. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2023.

SOUZA, Nalva Maria Pacheco de. *Programa Permanência no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)*: implicações para o percurso acadêmico de alunos da Universidade Federal do Pará, do Campus do Marajó/Breves. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2021.

SOUZA, Rosana Malato de. *O trabalho educativo do(a)s pedagogo(a)s na assistência social em Melgaço/PA*. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.

SUDAM. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó*. Belém: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 2007. Página institucional atualizada em 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/plano-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-do-arquipelago-do-marajo>. Acesso em: 01 jun. 2026.

UFPA. Campus Universitário do Marajó-Breves. *Portaria de Designação nº 29/2022, de 19 de outubro de 2022*: composição do grupo de trabalho sobre a criação da Universidade Federal do Marajó Ocidental. Breves: UFPA, 2022a. Documento integrante do corpus fornecido para este artigo. Acesso em: 02 jun. 2026.

UFPA. Campus Universitário do Marajó-Breves. *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2022-2025*. Breves: UFPA, 2022b. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/2022-2025/BREVES.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2026.

UFPA. Campus Universitário do Marajó-Breves: *Plano de Desenvolvimento da Unidade*. Belém: UFPA, [2018]. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/campi/breves.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.

UFPA. *Campus Universitário de Soure*. Belém: UFPA, [s.d.]. Disponível em: <https://ufpa.br/orgaos/campus-universitario-de-soure>. Acesso em: 2 out. 2026.

UFPA. *Instituições federais de ensino superior do Pará entregam ao Ministério da Educação plano de expansão da educação superior no estado*. Belém, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14450-instituicoes-federais-de-ensino-superior-do-para-entregam-ao-ministerio-da-educacao-plano-de-expansao-da-educacao-superior-no-estado>. Acesso em: 8 jun. 2026.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

UFPA. Universidade Federal do Pará. *Relatório de Gestão 2024*. Belém: UFPA, 2025. Informações de graduação, quadro docente e técnico-administrativo do Campus de Breves. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/relatorio_de_gestao/RG_2024_2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2026.

Submetido: XX/XX/20XX
Preprint: xx/xx/202x
Aprovado: XX/XX/20XX
Editor de seção:

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18931

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados estarão disponíveis sob demanda dos pareceristas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor 1: Conceitualização; metodologia; investigação; análise formal; escrita: rascunho original; escrita: revisão e edição.
Autor 2: Investigação; curadoria de dados; análise formal; escrita: revisão e edição.
Autor 3: Conceitualização; análise formal; validação; escrita: revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.